

Reforma do setor elétrico enfrenta desafios

Governo deve enviar texto ao Legislativo em 60 dias

Por Karoline Cavalcante

Embora o Ministério de Minas e Energia esteja preparando um projeto de reforma para o setor elétrico, representantes da área expressam receio de que o conteúdo não contemple todos os envolvidos. Ao Correio da Manhã, interlocutores consideraram a medida necessária, mas tardia e incerta, apontando que o Executivo poderia ter aproveitado essa pauta para também aumentar a popularidade do governo — que enfrenta dificuldades — com a redução da conta de luz, por exemplo.

Na semana passada, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que a reforma do setor energético será enviada ao Congresso Nacional em menos de 60 dias, antes do fim do primeiro semestre deste ano. Ele destacou a “urgência e relevância” do tema, sugerindo que a proposta poderia ser encaminhada como Medida Provisória, embora também exista a possibilidade de enviá-la como Projeto de Lei em regime de urgência. A decisão final sobre o envio, porém, ficará a cargo da Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ) e da Casa Civil.

Estruturante

O ministro afirmou que a reforma será uma “política estruturante” e que envolverá “muitos interesses”, já que o setor foi distorcido ao longo do tempo, especialmente por conta dos chamados “jabutis” — inserções no texto de uma lei que não têm relação direta com o tema original da proposta. Um exemplo citado foi o preço de renovação das usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfra).

Além disso, Silveira afirmou que a política está sendo cuidadosamente discutida para evitar que seja alvo de



Silveira promete entregar reforma em menos de 60 dias

“fake news e distorções”.

“Toda política transversal deve ser cuidadosa. Ela deve ser, antes de tudo, comunicada de forma adequada. Hoje, temos que primeiro conquistar a sociedade. Ela precisa entender e apoiar, para só depois lançar a política pública”, afirmou à imprensa após o evento “Combustível do Futuro: Rumo ao E30 e à Autossuficiência da Gasolina”.

Sem tempo hábil

No entanto, o deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e suplente na Comissão de Minas e Energia (CME), expressou ceticismo quanto à aprovação de uma grande reforma do setor elétrico até o fim do atual governo. “Pessoalmente, não tenho grandes expectativas de que isso aconteça”, afirmou.

De acordo com o parlamentar, um projeto de tamanha envergadura, se apresentado em 2025, não teria tempo suficiente para ser aprovado dentro do prazo do governo atual, já que o próximo ano será eleitoral. “O tema é com-

plexo, o que exige amplos debates, discussões com diversos setores etc., para que se construa um consenso suficiente para aprovar a matéria. Não vejo tempo hábil para isso até o fim desse mandato”, completou à reportagem.

20 anos

Na avaliação do ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, a reforma do setor elétrico é urgente. Ele alertou sobre os custos envolvidos, destacando a necessidade de alocar esses recursos de forma eficiente e integrar novas tecnologias para o futuro do setor. “Estamos há quase 20 anos sem mudanças significativas. A última reforma do setor elétrico foi em 2004, e veja como a nossa matriz elétrica se transformou nesse período”, afirmou o ex-ministro.

Albuquerque também enfatizou a importância de envolver todos os atores do setor elétrico, como consumidores e responsáveis pela geração e distribuição, para garantir a eficácia da reforma. Ele destacou que uma medida provisória tem grandes chances de caducar se não hou-

ver consenso, devido ao prazo limitado de sua vigência, e defendeu que um projeto de lei seria mais adequado, desde que haja acordo com o setor.

Falta de estratégia

Por fim, o presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel), Heber Galarce, destacou a importância da reforma, mas criticou a condução do processo. “A falta de um diálogo efetivo com todos os atores envolvidos e a ausência de uma estratégia clara e consensual resultaram em um ambiente de polarização e desacordo”, afirmou o presidente do instituto.

Galarce lamentou que o governo tenha perdido dois anos em um processo que poderia ter sido mais construtivo, com mais consultas e menos polêmicas. Ele ressaltou que, ao focar em interesses individuais e não aproveitar a oportunidade, o governo desperdiçou uma chance de beneficiar a sociedade. “A reforma do setor elétrico não é apenas uma questão técnica, mas uma oportunidade política que foi desperdiçada”, concluiu ao Correio da Manhã.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Lula entregou o projeto sobre mudança no IR

PL é contra cobrar imposto adicional de mais ricos

O PL não irá apoiar a proposta do governo de aumentar a cobrança de imposto de renda para pessoas físicas que, de diferentes fontes, recebem mais de R\$ 600 mil por ano.

A tributação, que iria variar de 2,5% a 10% (este percentual, para quem recebe acima de R\$ 1,2 milhão anualmente), seria para compensar a isenção de quem recebe até R\$ 5

mil por mês. Assalariados que têm renda entre este valor e R\$ 7 mil seriam beneficiados com redução da alíquota.

Líder do partido na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) disse à coluna que o PL defenderá a ampliação da isenção para R\$ 10 mil. Mas o benefício, segundo ele, teria que ser bancado por um ajuste fiscal do governo, uma redução de suas despesas.

Sem aumentos

Frisou que o PL é contra qualquer aumento de impostos. Afirmou que a não taxação de dividendos — lucro de empresas repassado aos seus donos — é correta. Isso porque esses valores são resultado de atividade empresarial que paga impostos e gera benefícios sociais.

Vai passar

Já o dirigente de um importante partido do Centro declarou ao Correio Bastidores acreditar na aprovação da isenção e da cobrança de imposto de renda dos mais ricos. “Ninguém vota contra um negócio desses. Ainda mais, perto de ano eleitoral”, resumiu.

Reprodução/X



Eduardo gravou vídeo para explicar sua decisão

Bolsonaro e Sóstenes foram contra gesto de Eduardo

Sóstenes disse que, sabido retrasado, ele e Jair Bolsonaro tentaram convencer Eduardo Bolsonaro a não tomar a decisão de ficar nos Estados Unidos devido a uma suposta perseguição judicial.

Ele e o ex-presidente temiam uma repercussão negativa do fato, achavam que Eduardo poderia ficar com a pecha de fujão.

Neste fim de semana, porém, o líder do PL afirmou ter mudado de opinião. Segundo ele, o gesto confirmou o viés político da Justiça. Isto porque apenas depois de Eduardo anunciar o que fizera é que a Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal disseram ser contra a apreensão de seu passaporte.

Inter travou Pix

Na noite de quinta, o banco Inter não completou transações de Pix determinadas por clientes empresariais. O processo parecia ser concluído, mas o dinheiro não saía da conta. O atendimento eletrônico dizia que o “time” estava atuando na correção “o mais breve possível”.

Normalidade

Procurado pela coluna na manhã de sexta, o Inter admitiu “instabilidade pontual no PIX Inter Empresas” na noite anterior. Afirmou que a situação havia sido corrigida “na mesma data” e que “todas as funcionalidades” estavam operando normalmente.

‘Oscilações’

Na manhã de sexta, a mensagem sobre o problema continuava a ser ouvida por clientes. Transferências determinadas na véspera não foram efetivadas. Uma atendente admitiu “oscilações” na rede e disse ser impossível creditar valores com a data de quinta.

BC calado

O Correio Bastidores contestou a resposta e manteve as perguntas sobre número de clientes prejudicados e quantias que não foram transferidas via Pix na noite de quinta. Também procurado, o Banco Central não respondeu aos questionamentos enviados.

STF registra quatro votos para condenar Carla Zambelli

Por Karoline Cavalcante

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, na última sexta-feira (21), o julgamento da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo. O julgamento, que ocorre no plenário virtual, já conta com quatro votos favoráveis à condenação da parlamentar. A análise do caso deve ser encerrada até sexta-feira (28), às 23h59, prazo para os outros sete ministros apresentarem suas manifestações.

O caso ocorreu em outubro de 2022, às vésperas do segundo turno das eleições, durante um ato político em São Paulo. O jornalista Luan Araújo, ao se aproximar do grupo de Carla Zambelli, a provocou com frases como “Amanhã é Lula” e insultos direcionados aos presentes. Em resposta, Zambelli sacou uma arma de fogo, iniciou a perseguição e, ao encontrar Araújo dentro de um estabelecimento comercial, apontou a arma e ordenou que ele se deitasse no chão.

Intimidação

Ao apresentar seu voto, o ministro Gilmar Mendes, relator do processo, defendeu que a deputada fosse condenada a cinco anos e três meses de prisão, além da perda do mandato parlamentar. Em sua argumentação, o ministro afirmou que a utilização da arma em resposta a ofensas não é justi-



Zambelli sacou uma arma contra manifestante

ficável dentro dos parâmetros do Estado Democrático de Direito. Para ele, ao forçar o jornalista a se deitar no chão sob ameaça de uma arma de fogo, Zambelli violou os direitos de liberdade do jornalista e cometeu um grave ato de intimidação.

“A ofensa verbal inicial, embora reprovável, não possui o condão de autorizar a perseguição armada da vítima, tampouco o uso de ameaça com o emprego da arma de fogo. Ainda que a ré tivesse experimentado sensação de ofensa à sua honra, a resposta desproporcional de empunhar uma arma e constranger a vítima a deitar-se no chão ultrapassa em muito os limites da defesa legítima e as possibilidades de exercício regular de direito. No presente caso, a ofensa verbal, por si só, jamais poderia justificar uma retaliação

armada”, afirmou o relator.

A tese de condenação foi seguida pelos ministros Cármen Lúcia, Flávio Dino e Alexandre de Moraes. Para Moraes, a conduta da ré “extrapolou qualquer justificativa legítima, configurando, portanto, evidente constrangimento ilegal e coação indevida”.

Inocência

Em nota enviada ao Correio da Manhã, a deputada reafirmou sua crença na imparcialidade do Poder Judiciário e na tramitação justa do processo. “Tenho total confiança na Justiça e acredito que, com o esclarecimento completo dos fatos, minha inocência será comprovada”, disse Zambelli.

Na denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o órgão argumentou que Carla Zambelli portava a arma “fora dos limites da au-

torização de defesa pessoal”. A PGR também sustentou que o uso da arma em via pública, fora do contexto de legítima defesa, configuraria, por si só, a prática de um ilícito, uma vez que a autorização de porte que a deputada possuía a impedia de conduzir a arma de forma ostensiva ou de permanecer com ela em locais públicos, como ocorreu no episódio.

Em sua defesa, o advogado de Zambelli, Daniel Leon Bialski, contestou a acusação de porte ilegal de arma, argumentando que ela era infundada. Segundo Bialski, a parlamentar possuía permissão de porte federal e havia cumprido todos os requisitos legais para registrar e portar a arma em todo o território nacional, sem restrições. O advogado afirmou ser “impossível imputar essa classificação penal” à acusada, já que ela estava agindo dentro dos limites da lei.

Em agosto de 2023, o STF decidiu, por nove votos a dois, aceitar a denúncia e tornar Carla Zambelli ré pelo episódio envolvendo o jornalista Luan Araújo. Os ministros André Mendonça e Nunes Marques votaram contra a abertura do processo. Mendonça argumentou que a competência deveria ser da Justiça de São Paulo, enquanto Nunes Marques, além de defender essa mesma tese, alegou que Zambelli agiu com a intenção de prender o jornalista que a ofendeu, o que considerou uma ação legítima.